

## Um atlas (re)desenhado pelo acontecimento de nomeação: Mato Grosso e seus municípios na construção de uma arca

An atlas (re) drawn by the appointment event: Mato Grosso and its municipalities of the construction of an ark

**Taisir Mahmudo Karim**

UNEMAT  
taisirkarim@hotmail.com

**Ana Maria Di Renzo**

UNEMAT  
arenzo@unemat.br

**Palavras-chave:** Mato Grosso, enunciação, discurso, memória, arca, tradição, construção.  
**Keywords:** Mato Grosso, enunciation, discourse, memory, ark, tradition, construction.

### Abrindo o diálogo

Este artigo tem por objetivo analisar, do lugar dos estudos enunciativos/discursivos, o movimento semântico dos nomes de municípios/cidades considerando a nomeação um acontecimento de linguagem – que constrói sentidos da geografia físico-política que hoje descreve o estrato sócio histórico do estado de Mato Grosso e do sujeito mato-grossense. Esta reflexão foi apresentada no Congresso Internacional “Arca de Noé: catástrofe e redenção, organizado pelos pesquisadores da Universidade de Aveiro, em Portugal.

Para darmos início ao tratamento teórico desta inquietação, trazemos um trecho do livro de Gênesis, no seu capítulo I, versículos 1-10, que diz do acontecimento da criação do mundo:

No princípio Deus criou os céus e a terra. Era a terra sem forma e vazia; trevas cobriam a face do abismo, e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas. Disse Deus: “Haja luz”, e houve luz. Deus viu que a luz era boa, e separou a luz das trevas. Deus chamou à luz dia, e às trevas chamou noite. Passaram-se a tarde e a manhã; esse foi o primeiro dia Depois disse Deus: “Haja entre as águas um firmamento que

separe águas de águas”. Então Deus fez o firmamento e separou as águas que ficaram abaixo do firmamento das que ficaram por cima. E assim foi. Ao firmamento, Deus chamou céu. Passaram-se a tarde e a manhã; esse foi o segundo dia. E disse Deus: “Ajuntem-se num só lugar as águas que estão debaixo do céu, e apareça a parte seca”. E assim foi. À parte seca Deus chamou terra, e chamou mares ao conjunto das águas. E Deus viu que ficou bom [...]

Nota-se que, inicialmente, a criação sai da catástrofe à redenção quando Deus, ao dar origem ao seu processo de criação, o faz sem uma identidade definida. Ou seja, tudo é uma única obra, nada é fragmentando, logo, não descritível, não nomeado, pois era “sem forma e vazia, trevas cobriam a face do abismo”. Ao designar, isto é, ao retirar céu e terra do abismo, Deus provoca a redenção do mundo, uma vez que cria primeiro a luz que rompe com as trevas. Nessa direção, propomos mostrar como a criação do Estado de Mato Grosso passa do sentido de catástrofe para o de redenção ao analisar os processos de delimitação não só do seu território, como também da designação interna da sua geografia.

Para tanto, tomamos conceitos da Semântica do Acontecimento (Guimarães, 2002) como procedimento teórico-metodológico de análise. Esse lugar, o dos estudos enunciativos, nos levam a observar, de modo particular, os sentidos construídos a partir dos acontecimentos de nomeação dos municípios do Estado cujo percurso semântico iniciado no século XVIII construiu contornos semânticos para uma região ainda não conhecida, portanto, não significada na sua “totalidade”<sup>1</sup>. Estes acontecimentos projetavam em si sua futuridade enquanto latência de um futuro possível de enunciações que viriam a significar a nova unidade político-administrativa do e no território brasileiro.

Nossas análises levam em consideração o funcionamento semântico-enunciativo dos nomes de municípios e cidades que, a partir da primeira metade do século XVIII, começam a significar a geografia físico-política, dá existência sócio histórica à região e, conseqüentemente, ao que viria designar o estado de Mato Grosso. Nesse sentido, a análise enunciativa do funcionamento dos nomes dos municípios/cidades nos permitiu mirar, de modo direto, o movimento constitutivo do atlas mato-grossense enredado pela relação de integração<sup>2</sup> constituída pelos acontecimentos de nomeações dos municípios, um movimento assimétrico e contínuo que desenha e redesenha a geografia movente que passa a construir e significar a formulação enunciativa identitária do território do estado de Mato Grosso.

Pela Análise de Discurso pecheuxtiana, tomamos o conceito de memória para compreendermos como o processo de nomeação atualiza um tempo ou mesmo promove apagamentos políticos e ideológicos que, mais tarde, significarão a relação com espaço geográfico e o pertencimento dos seus ocupantes.

<sup>1</sup> A ideia de totalidade aqui é construída pelo imaginário de uma possível relação de captura do referido (enquanto espaço físico). Reafirmamos apenas uma ilusão da captura do mundo pelo simbólico, constituindo assim sua representação imaginária.

<sup>2</sup> Trazemos aqui a ideia conceitual de integração textual conforme Guimarães em “O que é Texto” (2011).

Para Pêcheux (1999), a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita”.

O lugar teórico da Semântica do Acontecimento nos permite tomar um mapa como texto, pois nos leva a lê-lo enquanto acontecimento enunciativo, lugar que temporaliza, no presente do acontecimento, um memorável que recorta sentidos de narrativas históricas que o constitui. Isso, para nós, é significativo, pois permite semantizá-lo pela textualidade própria de sua existência. Sua significação se dá, então, enquanto movimento sócio histórico constituído na/pela linguagem, posição essa que nos afasta das limitações postas pelos estudos referencialistas. Assim, um mapa não se reduz a um mero decalque de uma geografia física no mundo. Essa posição, a de considerar o mapa enquanto texto, já é examinada por Guimarães em “Nomes de rua e o mapa como texto” (2002), a partir de Deleuze e Guattari. Segundo o autor:

Tomar um mapa como texto é considerá-lo como linguagem, sentido. Para fazermos esta caracterização somos movidos por uma afirmação de Deleuze e Guattari em *Mille Plateaux*: “A linguagem é um mapa e não um decalque” (1980<sup>3</sup>, p. 14). (Guimarães, 2002, p. 59)

Nesse sentido, o mapa é um texto que se apresenta enquanto unidade de linguagem, mas unidade constituída na e pela sua própria dispersão linguística. Nele há sempre sentidos em movimentos.

Com o objetivo de sistematizar as análises deste estudo, dividimos os nomes dos municípios e cidades do Mato Grosso (um total de 141 nomes), levando em consideração não a divisão historiográfica que tem apenas função organizacional. Tomamos, isto sim, o que Paul Veyne (1982) considera como o lugar de interpretações, isto é, o lugar sempre de um novo olhar como processo constitutivo de narrativas atemporal que constrói, incessantemente, histórias sobre a História. Portanto, compreende a história como acontecimentos constitutivos e contínuos, sempre sujeitos a novos sentidos.

## 1. Primeiros contornos: desenhando uma Capitania com os nomes do primeiro Momento

Começamos nosso estudo observando as propostas de mapas/textos<sup>4</sup> da América do Sul, posto que nelas nos interessa considerar a relação integrativa desses mapas/textos. Observa-se que o funcionamento desses enunciados (mapas/textos) constrói sentidos que passam a significar primeiramente a divisão territorial entre as coroas lusitana e castelhana e, num segundo momento, a explo-

<sup>3</sup> Deleuze, G. & Guattari, F. (1980). *Mil Platôs*. Rio de Janeiro, Editora 34.

<sup>4</sup> Mapas desenvolvidos pela geógrafa Miriam Raquel da Silva Miranda, pesquisadora do Laboratório de Geotecnologias – Labgeo/Unemat.

ração da região central da América do Sul pela Coroa Portuguesa, uma região pertencente à Coroa Castelhana. Esses sentidos são sentidos fundantes do litígio instaurado entre as coroas luso/castelhana na América. É possível observar ainda nos mapas/textos, os enunciados que designam os primeiros contornos da geografia físico-política da Capitania das Minas do Cuyabá e Mato Grosso.

O primeiro mapa/texto trouxe o acontecimento que enuncia e designa a divisão das terras descobertas e as que seriam descobertas pelos portugueses e espanhóis no continente sul-americano. Esses são sentidos que se fundam com o acontecimento que enuncia o Tratado de Tordesilhas de 1494. Com a chegada dos portugueses e espanhóis na América, os limites da geografia físico-política da América do Sul passam a ser definidos pelo imaginário fronteiriço construído pela enunciação do Tratado de Tordesilhas.

Os bandeirantes, por sua vez, a serviço da Coroa Portuguesa, desde o século XVII, já avançavam e exploravam a região central da América do Sul para além da demarcação de fronteira definida pelo Tratado de Tordesilhas de 1494. Uma região que rendia grandes dividendos à Coroa Lusitana, em especial, com a exploração extrativista e a preação de indígenas.

Assim, o processo de ocupação do território pela Coroa Portuguesa que hoje é nomeado de Mato Grosso tem início na primeira metade do século XVIII com a descoberta, sobretudo, de ouro pelos bandeirantes. Essa descoberta provoca um grande movimento migratório para a região financiadas pela Coroa Portuguesa.

O ano é de 1719 quando os bandeirantes a serviço da Coroa Portuguesa fundam o primeiro núcleo urbano na região nomeado como *Arraial do Cuyabá*. A região era subordinada política e administrativamente à Capitania de São Paulo. Em 1727, o Arraial é elevado à categoria de Vila. Esse acontecimento renomeia o lugar: o arraial passa a se chamar *Vila Real do Bom Jesus de Cuyabá*. Este gesto se marca pelo fato de que a região ocupada legalmente pertencia à Coroa Espanhola.

Faro é que este novo acontecimento de linguagem, o Tratado de Madri, de 1750, cuja ocupação fora realizada pelos bandeirantes na região de Mato Grosso, fora igualmente reconhecida pelas coroas lusitana e castelhana. Gesto linguístico que vai ressignificando relações históricas entre as coroas e aos poucos a arca geográfica vai se desenhando, dando início aos primeiros sinais de que a catástrofe linguístico-imaginária de fronteiras vai se dissipar. É esse acontecimento de linguagem, próprio do ato político de nomear, passa a construir sentidos para uma nova fronteira que ressignifica e redesenha a geografia físico-política da região na América do Sul ocupada pelos portugueses. O acontecimento que enuncia o Tratado de Madrid abre em si a latência de futuridade, projetando a possibilidade de novas enunciações que acabam por construir os sentidos que enunciam a redivisão do território sul-americano entre as coroas de Portugal e da Espanha. É uma nova ordem política se instaurando na região, uma ordem fronteiriça determinada pelo/no funcionamento de linguagem que historiciza espaços e sujeitos.

Nesse sentido, percebemos como a linguagem produz o efeito material da criação de uma geografia que vai aos poucos delimitando territórios e sujeitos, traçando com isso a relação de pertencimento a esta arca de Noé mato-gros-

sense que instalará mais tarde um sentimento de unidade. Um processo que vai amenizando a catástrofe sofrida para os primeiros passos rumo a redenção que culminará na criação do estado, efeitos do processo de redivisão.

No ano de 1752, temos o acontecimento que funda e nomeia, à margem do rio Guaporé, a *Vila Bela da Santíssima Trindade*, primeira capital do Mato Grosso (Siqueira; Costa; Carvalho, 2002). Logo depois, outro acontecimento enuncia o Tratado de Ildefonso (1777), redefinindo mais uma vez a fronteira territorial entre portugueses e espanhóis, pois o tratado passa a significar um novo contorno geopolítico da região sul.

Destarte, de um lado, o mapa/texto do Brasil Colônia da primeira metade do século XVIII já apontava para os limites da Capitania de São Paulo, já ocupando a região litigiosa entre as coroas lusitana e castelhana. De outro, o enunciado que renomeia o Arraial do Cuiabá por *Villa Real do Senhor do Bom Jesus de Cuyabá* de 1727, significou a região como parte do território de Portugal.

Nos mapas/textos que se desenham *a posteriori*, há enunciados que materializam o embate incessante que tenciona a nomeação da recém-criada Capitania das Minas do Cuyabá e Mato Grosso (1748)<sup>5</sup>. Nesse caso, não se trata simplesmente de uma nomeação de descrição do lugar, mas de enunciados que revelam conflitos instaurados no acontecimento de nomeação da Capitania: de um lado, Minas do Cuyabá; de outro, Minas de Mato Grosso. Esse conflito de nomeação projeta novamente uma catástrofe posto que redesenhou o contorno da arca. Logo, o nome Mato Grosso se estabelece e a Capitania é nomeada por Capitania das Minas de Mato Grosso, enquanto o nome Cuiabá, a partir de 1818, passa a significar a capital do Estado. Nesse sentido, a enunciação do nome Minas do Cuyabá e Mato Grosso, nos mapas/textos, designa uma região com grandes conquistas, porém, muitos desafios. O nome Cuiabá rememora, pela narrativa de sua fundação em 1719, o lugar do excesso do ouro, a da elevação do Arraial em Vila em 1727, que reconhece como espaço urbano o centro político administrativo da região. Logo, os fatos são eminentemente linguístico-históricos que assim como em Gêneses, é preciso que a luz dissipe as trevas.

O funcionamento enunciativo-discursivo da renomeação do Arraial do Cuyabá. Reescreve, por substituição, o nome do Arraial por *Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá*, sentidos que denunciam a catástrofe geopolítica luso-castelhana na construção da arca/região. São relevos semânticos se movendo e determinando, pela linguagem, novas fronteiras. O acontecimento de renomeação do Arraial apresenta um locutor que fala do lugar do Estado, o Português, cujos sentidos de ocupação da região passam a significar, além da exploração da região, preservar e defender o já conhecido. A enunciação do lugar social de dizer do governador da Capitania de São Paulo, marca o dizer da Coroa Portuguesa e da Igreja Católica, que determina como sua a região anexada ao território na América. Esse acontecimento temporaliza uma latência de futuro que designa novos traços de fronteira luso/castelhano que, mais tarde, será a arca mato-grossense.

<sup>5</sup> Sobre essa questão ver Karim (2016).

Vejamos agora os acontecimentos que nomearam os espaços urbanos nesse território. Trata-se de nomeações que se deram por determinação do Estado no Brasil Colônia/Império<sup>6</sup>. Esses são acontecimentos que oficializam o reconhecimento dos núcleos urbanos na região ocupada pela Coroa Portuguesa. Temos, então, por ordem cronológica dos acontecimentos, as seguintes nomeações: *Villa Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá*, em 1727; *Villa Bela da Santíssima Trindade*, em 1752; *Villa Maria do Paraguai*, em 1778; *Arraial São Pedro de El-Rey*, em 1781; *Arraial Nossa Senhora do Alto Paraguai Diamantino*, em 1820; *Arraial Nossa Senhora do Rosário do Rio Acima*, em 1833, e *Arraial Nossa Senhora do Livramento*, em 1883.

Uma primeira observação no funcionamento das estruturas morfossintáticas dos nomes aponta para um modo bastante estável. Para todas as nomeações, segue um modelo que estabiliza o procedimento segmental de articulação na formação nominal, um funcionamento morfossintático bastante rígido, assim construído: nome comum (classificador urbano) + especificador + sintagma preposicionado (localizador/individualizador).

Os modos de dizer representados nas estruturas formais dos nomes desse de entrada, já nos apontam para dois lugares enunciativos distintos no acontecimento de nomeação do período Brasil Colônia/Império: o primeiro, tomado por marcas do lugar de dizer religioso, presentes em todas as nomeações que estabelecem a relação política e de convivência entre o Estado do Brasil Colônia/Império e a Igreja Católica. O segundo, tomado por marcas do dizer da monarquia, que enunciam a relação do governo local como súditos da Família Real.

Como se observa, os nomes têm um funcionamento morfossintático conforme fórmula Bosredon (1999b), o da construção nominal pelo princípio binário e isso produz o efeito de unidades sintagmáticas, portanto, nomes. Segundo o autor,

A formação dos odônimos urbanos repousa, ela também, sobre o princípio de união binária, conjugando um primeiro elemento nominal classificador e um segundo elemento individualizante. (Bosredon, 1999b, pp. 8-9)

A cena enunciativa do acontecimento de nomeação dos núcleos urbanos da Capitania se dá na língua do estado português-europeu, isto é, a língua oficial do governo da colônia. Isso diz respeito ao fato de que esta língua não era a mais falada, mas a oficial (Mariani, 2003). Os falantes bandeirantes paulistas são falantes da Língua Geral, assim, o espaço de enunciação é caracterizado pela relação de convivência da Língua Portuguesa Oficial da Colônia com as outras línguas brasileiras, posto que a população da Colônia fala, na sua grande maioria, a Língua Geral (Tupi/Guarani), além de outras línguas nativas dos índios

<sup>6</sup> Neste estudo, os municípios que nos interessam analisar são aqueles que foram nomeados a partir da tomada de decisão e determinação do governo do Brasil Colônia/Império/Republicano, um acontecimento que agencia o lugar social do locutor Estado. Trata-se da nomeação oficial dos espaços urbanos enunciados do lugar de dizer do político-jurídico-administrativo do Estado. É importante destacar que o acontecimento de nomeação dessa região tem início nas primeiras décadas do século XVIII, em 1719, conforme Ata de Fundação do *Arraial de Cuiabá*, ainda no período do Brasil/Colônia, mas a nomeação oficial do Estado se dá em 1727.

da região e as africanas trazidas pelos escravos. Entretanto, pela relação com a ideologia, o acontecimento de nomeação se dá por um falante que fala do lugar do domínio do Estado Português, isto é, o lugar de dominação pela obrigatoriedade da Língua Portuguesa nos documentos oficiais, ainda que não a mais falada à época. Logo, há ainda desafios ao processo de redenção, pois há ainda necessidade de muita luz para clarificar as relações linguístico-geográficas e políticas para que a arca do estado de Mato Grosso fosse definida. Para Pêcheux, a ideologia “se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora de unidade (imaginária) do sujeito apoia-se no fato de que elementos do interdiscurso [...], são re-inscritos no discurso do próprio sujeito” (1988, p. 163).

As cenas dos acontecimentos de nomeação desse momento são configuradas pelo agenciamento de um Locutor (L) que enuncia tomado pelo lugar do Estado. O L nomeia do lugar social do locutor-Governador da Capitania, que fala do lugar de dizer de um enunciador coletivo Monarquia Lusitana e da Igreja Católica. Isso nos permite dizer que os sentidos da Igreja e da Monarquia, apresentados pelos nomes, se fazem significar nos acontecimentos que nomearam oficialmente os primeiros núcleos urbanos do Mato Grosso. Essa semantização institucionaliza a ocupação da região como parte do território da Colônia portuguesa. Esse modo específico de agenciamento caracterizado pelo dizer do Estado constrói sentidos que operam na direção argumentativa de uma rede semântica que sustenta os sentidos que significaram a anexação da região como parte do território do Brasil Colônia/Império, a primeira ideia da Arca rumo a sua redenção.

### 1.1. Mapeando a geografia do primeiro momento

Pode-se dizer que a articulação construída pelos acontecimentos de nomeação desse momento se dá a partir de um movimento de nominalização que apresenta características de estruturas morfossintáticas e de agenciamentos enunciativos de modo singular.

Como as cenas enunciativas instaladas tomadas a partir do lugar de dizer do Estado do Brasil Colônia/Império, tem-se o locutor-governador que se apresenta de forma dual: do lugar de dizer da família real (súditos) e do lugar de dizer da Igreja Católica (fiéis).

O funcionamento enunciativo desses nomes constrói sentidos que operam na direção que sustenta uma rede semântica que significa a ocupação da região e a que constrói sentidos da institucionalização do território. Esse processo estabiliza a catástrofe pois institucionaliza a região como parte do território do Estado do Brasil Colônia/Império. São novos contornos de uma geografia se construindo e determinando um novo mapa físico-político da região.

A partir dessas análises, a assimetria dos nomes mostra que os acontecimentos de nomeação constroem contornos que determinam a partilha de fronteira da geografia físico-política entre lusos/castelhanos na América do Sul. Dessa forma, tomando por metáfora a redenção que nomeou a criação do mundo, Deus ao criar a cada dia uma nova criação, disse: “Ao firmamento, Deus cha-

mou céu. Passaram-se a tarde e a manhã; esse foi o segundo dia. E disse Deus: Ajuntem-se num só lugar as águas que estão debaixo do céu, e apareça a parte seca. E assim foi. Aos poucos a rede semântica construída com a designação dos nomes, constrói não somente a ruptura com inominável, a catástrofe, mas objetiva sua redenção com a nomeação dos núcleos do território em si, pois somente dispor do território não materializa a pertença, é preciso criar os municípios para dar significação ao espaço. Assim como Deus pelas obras, criou os dias para que tivéssemos a semana, era preciso criar os municípios para que o estado se firmasse.

## 2. Segundo Momento: Redesenhando uma nova arca pelos nomes de Mato Grosso na República

Trataremos da análise dos nomes dos municípios criados neste momento que tem início com a Proclamação da República, em 1889, passando pelo acontecimento político do Estado Novo, em 1937, que desencadeou o movimento de ocupação do interior do país instituído pelo governo federal, denominado *Marcha para o Oeste*. Esse movimento objetivava a implantação de uma política de desenvolvimento econômico e de descentralização demográfica do litoral e região sul/sudeste do Brasil e priorizou o incentivo da imigração e exploração das riquezas do Centro-Oeste/Norte brasileiro que se encerra em 1963.

Nesse sentido, em Mato Gross, foram criados 26 municípios cujos nomes em relação àqueles que constituem o primeiro momento, desloca do funcionamento morfossintático para a construção da estrutura morfossintaxe nominal. Há que se levar em conta a heterogeneidade de forma estrutural dos nomes, uma vez que não existe uma regularidade formal, porém, há seis modos diferentes de apresentar os nomes quanto à estrutura morfossintática que apagam o nome classificador urbano presente no primeiro momento com os marcadores “pouso”, “arraial” e “villa”.

Há, então, a princípio, dois aspectos que diferenciam os acontecimentos de nomeação dos núcleos urbanos de Mato Grosso do segundo para o primeiro momento. No primeiro leva em conta o caráter da relação homogeneidade/heterogeneidade no modo da construção formal dos nomes; no segundo, desaparece o classificador urbano como parte do nome.

Dessa maneira, na medida em que esses nomes aparecem com diferentes estruturas, indicam a diferença do dizer, lugar da polissemia. No caso dos nomes analisados anteriormente, pode-se observar que eles se constituem a partir de formas padronizadas e estáveis que estabelecem uma dominância tanto no funcionamento morfossintático (modo de construção da estrutura) quanto no semântico-enunciativo (agenciamento enunciativo), isto é, língua e estado, língua e igreja.

Diferentemente daquele, este momento se constitui a partir da diversidade, pois a pluralidade dos lugares enunciativos se fez presente. Nesse, as marcas do dizer da igreja, do indígena, do colonizador, do estado, entre outras, se articulam. É importante destacar também que a Língua do Brasil já não é mais a do colonizador português, a língua falada é o Português do Brasil, desde

1826<sup>7</sup>. Assim, as cenas enunciativas do acontecimento de nomeação se dão no espaço enunciativo da Língua Nacional Brasileira, o Português do Brasil, a língua de integração nacional. O locutor enuncia por um instrumento oficial de lei, Decreto-Lei/Lei, caracterizando um locutor predicado pelo lugar social de dizer do Estado na relação ora do executivo ora do legislador, representado pelo locutor-governador, pelo locutor coletivo, pelo locutor universal, pelo locutor individual etc.

De forma que nomes dos municípios funcionam de modo plural quanto às formas morfossintáticas. Apesar das formações nominais ocorrerem por diversos modos de construção, independentemente, todos funcionam como uma unidade nominativa. Por exemplo: os nomes Santo Antônio do Leverger e Tesouro enunciados como nome de municípios pelo locutor-estado têm o mesmo funcionamento de semantização e designam os municípios enquanto estrutura administrativo-política independente.

## 2.1. Um segundo contorno: um novo mapa da geografia mato-grossense

Um primeiro desencontro na relação dos acontecimentos de nomeação desse momento com o que primeiro se analisou refere-se ao funcionamento morfossintático que, nesse caso, apresenta formas estruturais diversas de apresentar os nomes. Esse funcionamento constrói sentidos que fazem com que esses nomes passem a significar as fronteiras geopolíticas dos municípios a partir do movimento das relações sociais e políticas dos que ali vivem. Os nomes constroem o imaginário que determina a formulação de traços de uma geografia física específica, um contorno que desenha linhas fronteiriças. Um nome, um mapa, um município, um gentílico; por outro lado, esse conjunto de municípios constrói a unidade não uma que significa o Estado, e que aponta para o desenho final da arca estatal.

Esses acontecimentos de nomeações constroem sentidos que passam a significar a afirmação política do Brasil República, constituída pelo acontecimento da Proclamação do Brasil (1889) e da Constituição (1891), sentidos que mobilizam essa nova relação política brasileira. Por um lado, silenciando os sentidos do Brasil Colônia/Império, movimento que produziu a política do silêncio<sup>8</sup> sobre as narrativas do Brasil Colônia que enunciaram as histórias da relação de submissão/dependência do Brasil Colônia/Império. Por outro, abre-se sua latência de futuro que institui as narrativas que enunciam as histórias do Brasil Republicano instaladas a partir do acontecimento da Proclamação da República. Essas relações enunciativas estabelecidas pela diferença própria do

<sup>7</sup> Conforme Guimarães (2008), a formação do espaço de enunciação no Brasil se divide em quatro períodos: o primeiro período com o início da colonização e vai até a saída dos holandeses em 1654; o segundo tem seu início com a saída dos holandeses e vai até a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808; o terceiro, que começa com a vinda da família real, em 1808, e termina com a Independência. Em 1826 formula-se a questão da Língua Nacional do Brasil no parlamento brasileiro e o quarto começa em 1826, estendendo-se até a atualidade.

<sup>8</sup> Política do Silêncio, conforme *as formas do silêncio* (Orlandi, 1992).

conflito político de linguagem significam novas práticas sociais e históricas de cidadania brasileira que constituíram os cidadãos do Estado/município do lugar republicano. Pelo conceito de silêncio, compreendemos o apagamento de uma memória que reinstala novas relações de poder. Para Orlandi, distingue-se “o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar: b 1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras); e b 2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura) (2013, p. 24).

Desse modo, pode-se observar que o acontecimento de nomeação dos municípios movimentar sentidos que institucionalizam a normatização do Brasil republicano, o lugar de uma nova ordem geopolítica. Esse movimento, constituído pela heterogeneidade de nomeação, permite mostrar a construção de um mapa/texto que significar uma conjuntura de acontecimentos marcada pela transversalidade enunciativa, objetivando a redenção dos conflitos de nomeação rumo a unicidade do Estado. No mapa/texto de Mato Grosso de 1964, se redesenha os novos contornos da geografia físico-política, construída pelo funcionamento designativo dos seus nomes.

### 3. Terceiro Momento: Uma nova ordem na multiplicidade de formas e o movimento polissêmico

Como já dito no início deste artigo, inicia e se prolonga durante todo o acontecimento político do Golpe Militar que instituiu o Regime Militar em 1964, passando pela Nova República seus efeitos até os dias atuais. A partir de 1964, o Brasil é governado pelos militares que, de certo modo, retomam o modelo de integração e desenvolvimento nacional proposto no governo Vargas na Marcha para Oeste cujo movimento recorta como memória as enunciações que determinam o movimento político da era Vargas que significou o processo de ocupação do Oeste brasileiro. Essa rede enunciativa acaba por estabilizar o lema do Regime Militar “Brasil, ame-o ou deixe-o”, sustentado por enunciações do tipo “Este é um país que vai pra frente”, “Todos juntos, vamos, pra frente Brasil”, “Eu te amo, meu Brasil”. São discursos que vão institucionalizando a simetria semântica dessa nova ordem política no Brasil. Esse movimento fora acompanhado de muitos outros cuja reescrituração por repetição do projeto político traz consigo enunciados que projetam a criação de órgãos estatais com o objetivo de facilitar incentivos agrários, fiscais e de créditos aos novos colonizadores. São acontecimentos que construíram novos sentidos para a “Marcha”. Assim, o sentido de modernização sustenta o ideal de transformação do país ancorado no Regime implantado com o golpe militar de 1964 e que vai até 1985.

Desse modo, o movimento semântico do regime militar reescreve a “Marcha” da era Vargas e ressignifica as regiões Centro-Oeste e Norte naquilo que ainda faltava: a ocupação demográfica das regiões “improdutivas” e sua modernização, principalmente na produção agrícola.

Outro acontecimento relevante se dá com a retomada do processo político-democrático em 1985 e que se estabiliza com o acontecimento das eleições diretas para a presidência da República em 1989 de tal forma que foram criados 108 municípios. O acontecimento que nomeia os municípios se dá a partir de Decreto-Lei/Lei do Estado, cuja enunciação é regulada pelo jurídico com leis e decretos.

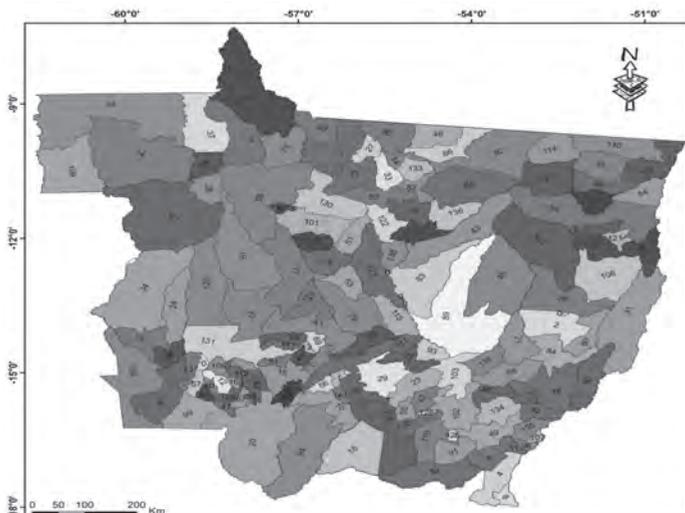
Se compararmos esses nomes aos outros, observar-se-á que o funcionamento morfossintático tem mais heterogeneidade, pois não existe um modelo morfossintático predominante como articulação para nomear um município. A construção da estrutura formal dos nomes é marcada apenas por dois macros grupos nominativos: um primeiro grupo apresenta nomes construídos de um único elemento lexical que pode ser distinguido a partir de três características: a) nomes próprios e/ou comuns; b) nome pelo processo de aglutinação; c) nome construído por sigla. O segundo grupo apresenta nomes construídos a partir de uma união sintagmática formada por justaposição ou junção.

Por outro lado, também interessa observar o modo como esses elementos linguísticos funcionam na relação de sua linearidade, sua relação de organização contígua, isto é, como o funcionamento enunciativo desses elementos significa os nomes de municípios<sup>9</sup>. O funcionamento desse procedimento de articulação sintagmática estabelece relações de significações que produzem sentidos que caracterizam o nome, considerando o aspecto da univocidade, a referencialidade do nome próprio na relação nome/município. Ou seja, esse funcionamento, com efeito, particulariza um local, identificando-o como único no rol dos espaços urbanos, pertencente à geopolítica do Brasil no estado de Mato Grosso.

Como vimos, o conjunto de nomes se apresenta de forma bastante plural. Como se pôde observar, são pelo menos oito conjuntos de nomes sendo que cinco apresentam características que permitiram subdividi-los em 19 grupos. Isso nos mostra mais uma diferença em relação ao modo de nomear que pode ser explicado por tratarmos de nomeações que se dão em momentos distintos da formação sócio histórica do mato-grossense. Assim, temos o mapa/texto atual Estado de do Mato Grosso 141 municípios) constituído por uma relação assimétrica de enunciados (nomes dos municípios que se construiu historicamente ao longo do percurso que se iniciou na primeira metade do século XVIII, como mostra o mapa abaixo e a listagem dos nomeação imposta a cada recorte dos espaços e seus cidadão.

---

<sup>9</sup> Sobre essa questão ver Dias (2016).



|                          |                                |                            |                                      |
|--------------------------|--------------------------------|----------------------------|--------------------------------------|
| 1 Acotzal                | 39 Curvelândia                 | 77 Nova Maringá            | 113 Santa Carmem                     |
| 2 Água Boa               | 40 Denise                      | 78 Nova Monte Verde        | 114 Santa Cruz do Xingu              |
| 3 Alta Floresta          | 41 Diamantino                  | 79 Nova Mutum              | 115 Santa Rita do Triângulo          |
| 4 Alto Araguaia          | 42 Dom Aquino                  | 80 Nova Nazaré             | 116 Santa Terezinha                  |
| 5 Alto Boa Vista         | 43 Feliz Natal                 | 81 Nova Olímpia            | 117 Santo Afonso                     |
| 6 Alto Garças            | 44 Figueirópolis D'Oeste       | 82 Nova Santa Helena       | 118 Santo Antônio do Leste           |
| 7 Alto Parigui           | 45 Gaúcho do Norte             | 83 Nova Ubiratã            | 119 Santo Antônio do Leverger        |
| 8 Alto Taquari           | 46 General Carmeiro            | 84 Nova Xavantina          | 120 Sapezal                          |
| 9 Apicás                 | 47 Glória D'Oeste              | 85 Novo Horizonte do Norte | 121 Serra Nova Dourada               |
| 10 Araguaiana            | 48 Guarantã do Norte           | 86 Novo Mundo              | 122 Sinop                            |
| 11 Araguaçu              | 49 Guiratinga                  | 87 Novo Santo Antônio      | 123 Sorriso                          |
| 12 Araputanga            | 50 Indavaí                     | 88 Novo São Joaquim        | 124 São Félix do Araguaia            |
| 13 Arenópolis            | 51 Ipiranga do Norte           | 89 Paranaíta               | 125 São José do Povo                 |
| 14 Aripuanã              | 52 Itanhangá                   | 90 Paranaíba               | 126 São José do Rio Claro            |
| 15 Barra do Bugres       | 53 Itaúba                      | 91 Pedra Preta             | 127 São José do Xingu                |
| 16 Barra do Garças       | 54 Itiquira                    | 92 Peixoto de Azevedo      | 128 São José dos Quatro Marcos       |
| 17 Barão de Melgão       | 55 Jaciara                     | 93 Planalto da Serra       | 129 São Pedro da Cipa                |
| 18 Bom Jesus do Araguaia | 56 Jangada                     | 94 Poconé                  | 130 Tatapora                         |
| 19 Brasnorte             | 57 Jauru                       | 95 Portal do Araguaia      | 131 Tangará da Serra                 |
| 20 Cáceres               | 58 Juara                       | 96 Ponte Branca            | 132 Tapurah                          |
| 21 Campinápolis          | 59 Juruena                     | 97 Pontes e Lacerda        | 133 Terra Nova do Norte              |
| 22 Campo Novo do Parecis | 60 Juscimeira                  | 98 Porto Alegre do Norte   | 134 Tesouro                          |
| 23 Campo Verde           | 61 Juína                       | 99 Porto Esmeralda         | 135 Torixorobá                       |
| 24 Campos de Júlio       | 62 Lambari D'Oeste             | 100 Porto Estreito         | 136 União do Sul                     |
| 25 Canabrava do Norte    | 63 Lucas do Rio Verde          | 101 Porto dos Gaúchos      | 137 Vale de São Domingos             |
| 26 Canarana              | 64 Luciara                     | 102 Poçoirão               | 138 Vera                             |
| 27 Caridade              | 65 Marcolândia                 | 103 Primavera do Leste     | 139 Vila Bela da Santíssima Trindade |
| 28 Castanheira           | 66 Mattupá                     | 104 Querência              | 140 Vila Rica                        |
| 29 Chapada dos Guimarães | 67 Mirassol D'Oeste            | 105 Reserva do Cabaçal     | 141 Várzea Grande                    |
| 30 Cláudia               | 68 Nobres                      | 106 Ribeirão Cascatinha    |                                      |
| 31 Cocalinho             | 69 Nortelândia                 |                            |                                      |
| 32 Colina                | 70 Nossa Senhora do Livramento | 107 Ribeirãozinho          |                                      |
| 33 Colider               | 71 Nova Bandeirantes           | 108 Rio Branco             |                                      |
| 34 Comodoro              | 72 Nova Brasilândia            | 109 Rondolândia            |                                      |
| 35 Confresa              | 73 Nova Canaã do Norte         | 110 Rondonópolis           |                                      |
| 36 Conquista do Oeste    | 74 Nova Guanã                  | 111 Rosário Oeste          |                                      |
| 37 Cotriguaçu            | 75 Nova Lacerda                | 112 Salto do Céu           |                                      |
| 38 Cuiabá                | 76 Nova Marilândia             |                            |                                      |

Figura 10. Mapa do Mato Grosso atual. Fonte: Labgeo/Unemat.

Dessa forma, seguindo o mito da torre de babel, agora não mais falamos a mesma língua, mas, somos todos, povo de Deus. Ou seja, o território tem outra geografia, agora constituído por diversos municípios. Porém, compreendidas como cortes e recortes necessários para receber nomeações que lhes imprimissem identidade e pertencimento. Da confusão ao entendimento de que, juntos, temos mais força e voz.

## Fechando o percurso

Ao tomarmos o processo de nomeação do território mato-grossense como objeto deste estudo, objetivamos mostrar, pelas análises enunciativas e discursivas dos acontecimentos linguístico-históricos, que a nomeação dos municípios/cidades não é um ato geográfico do estado, mas sobretudo um ato de linguagem que divide espaços, sujeitos e sentidos. Possibilita a compreensão singular no modo da construção sócio-política e histórica da própria História, ou melhor, das Histórias de um povo e de suas ideias; de um município/cidade a compreensão que a partir da nomeação se dá ao pertencimento. Logo, do território descoberto a sua ocupação, podemos dizer que passamos pela mesma metáfora da construção da arca de Noé que visava, dentre outros objetivos, a reconstrução e reorganização de espaços, gentes e costumes. Nesse sentido, é inevitável a (con)vivência da catástrofe, principalmente, se levarmos em consideração que as relações de integração se movimentam entre os sentidos antes que pelos espaços em si. Esse olhar particular dos estudos enunciativos nos proporcionou uma (re)leitura e (re)interpretação do estado de Mato Grosso que atualmente habitamos. Uma ressignificação que resulta do seu processo histórico de nomeação/ocupação ao longo do percurso. A análise nos mostra uma construção identitária dispersa por acontecimentos que apresentam a transversalidade textual constitutiva da unidade não uma de um Estado que se fez por contradições, apagamentos, silenciamentos e atualização de memórias.

O mapa/texto atual mostra que a nomeação tem história que vai desde a língua do colonizador às línguas constituída pelos colonizados que, embora elegeu uma como oficial, as marcas das línguas outras estão eternizadas no nome do município. Assim como Noé guardou um exemplar de cada espécie, os nomes do território dividido guardaram um exemplar de cada povo silenciado, como presentificado nos nomes indígenas que nomeiam vários deles. São acontecimentos de nomeação entre falantes historicamente constituídos como colonizador, índios, negros e escravos com suas línguas distintas europeia/africana/americana. Essa convivência é marcada pela catástrofe política da nomeação que ao mesmo tempo divide e une enquanto espaço político conflituoso de línguas. Isto porque o funcionamento morfossintático de alguns dos nomes em outras línguas foram reconstruídos sob a regência normativa da língua oficial do Estado, imposta sob a tutela imaginária da unidade político-jurídico/administrativo do Estado.

Como vimos, os sentidos de brasilidade para instituição do estado de Mato Grosso acaba por dar existência histórica aos seus municípios vivenciadas no percurso de três momentos que disse sobre a construção identitária do que é o estado de Mato Grosso, posto que os nomes figurados no mapa significam as

partes de um todo, o Estado. Dizeres constituídos pelo real da língua e da história de seus municípios e de sua gente, diríamos, histórias constitutivas da identidade sociopolítica do ser mato-grossense, brasileiro. Histórias sempre sujeitas a novas (re)interpretações. Dessa maneira, os diferentes acontecimentos discursivos nos quais se inscreveram cada momento de nomeação/criação deste Estado, dão visibilidade à força da língua como lugar de ruptura com os processos de colonização e da constituição de um pertencimento e sentimento de unidade. É pela designação/nomeação/criação dos municípios que o território se recorta para textualizar, ou seja, é pelos nomes que dominamos o espaço para nele imprimir uma identidade. Assim, através dos conflitos geopolíticos e linguísticos, que se construiu a nova Arca de Mato Grosso, uma vez que esta era a condição para sobreviver ao dilúvio das contradições impostas pelos movimentos políticos que seu processo de ocupação constituiu ao longo do tempo. Atualmente, com seu território definido legalmente, alcança-se, ainda que imaginariamente, o conforto que uma redenção proporciona, também, imaginariamente, posto que a estabilidade que dela podemos usufruir, tem o tempo que os anseios de sua gente suportam. Logo, não se assuste se, de repente, uma nova arca comece a ser novamente desenhada. A(há) redenção? Sim, ela nos permite fazer das catástrofes apenas memórias e silêncios.

## Referências bibliográficas

- Bosrwdon, B. (1999a). Modos de ver, modos de dizer titulação da pintura e discursividade. *Rua*. Campinas.
- Bosrwdon, B. (1999b). Uma balada em toponímia: da Rua Descartes à Rua de Rennes. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, 3. Campinas.
- Dias, L. F. (2016). Nomes de cidades de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In T. M. Karim et al. (Org.). *Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso – (Fase I)*. Campinas-SP: Pontes.
- Gênesis, 1º livro da Bíblia.
- Guimarães, E. (2002). *Semântica do acontecimento*. Campinas-SP: Pontes.
- Guimarães, E. (2008). *Trocando em miúdo a teoria e a prática – os falantes e as línguas: multilinguismo e ensino*. Campinas: Cefiel/IEL/Unicamp.
- Guimarães, E. (2011). *Análise de texto: procedimentos, análises, ensino*. Campinas-SP: RG.
- Orlandi, E. P. (2013). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* (6ª ed.). Campinas – SP: Editora da Unicamp.
- Pêcheux, M. (1999). Papel da Memória In P. Achard et al., *Papel da Memória* (pp. 49-50). Campinas, SP: Pontes.
- Pêcheux, M. (1988). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP. Editora da UNICAMP.
- Karim, T. M. (2016). Mato Grosso: histórias de enunciações o percurso do nome de um estado. In T. M. Karim et al. (Org.), *Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso – (Fase I)*. Campinas-SP: Pontes.
- Karim, T. M. (2016). Marcas do Dizer: Sentidos do Arraial do Cuyabá. *Estudos Linguísticos*, 45 (1), São Paulo, 305-315.
- Siqueira, E. M. (2002). *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas.
- Veyne, P. (1982). *Como se escreve a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

## Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar, do lugar dos estudos enunciativos, a partir da nomeação dos municípios do Estado de Mato Grosso o movimento semântico que constrói sentidos da geografia físico-política que hoje descreve a arca do estado de Mato Grosso, representando seu estrato sócio histórico. Tomamos conceitos da Semântica do Acontecimento (Guimarães, 2002), um arcabouço teórico metodológico enunciativo e da Análise de Discurso de linha francesa como espaço de reflexão que nos permite observar, de modo particular, o processo contínuo que estratifica a região naquilo que se projetava enquanto latência futura do que viria a ser uma arca (unidade) político-administrativa do território brasileiro. Nossas análises levam em consideração o funcionamento semântico enunciativo dos nomes de municípios que, a partir da primeira metade do século XVIII, começam a construir sentidos que passam a significar a geografia físico-política que dá existência histórica à região e, conseqüentemente, ao Estado de Mato Grosso. Nesse sentido, a análise enunciativa do funcionamento dos nomes dos municípios nos permite mirar, de modo direto, o movimento constitutivo do atlas mato-grossense enredado pela tessitura de acontecimentos de nomeações dos municípios num movimento contínuo que desenha e redesenha essa imensa arca movente que passa a significar o território do Estado de Mato Grosso que, pela noção de memória discursiva, ressoa nomes indígenas como traços que marcaram um percurso de nomeação. Essas posições teóricas permitem tomar um mapa enquanto texto, ou seja, nos levam a lê-lo enquanto enunciado, lugar que produz sentidos pelo modo como as narrativas socio históricas que o constitui, significando o processo semantização e discursivização da textualidade própria de sua existência enquanto movimento constituído na/pela linguagem.

## Abstract

This work aims to analyze, from enunciative studies, from the Mato Grosso's county nomination, the semantic movement that builds meanings of the physical and political geography that today describes the ark of Mato Grosso State, representing its socio-historical stratum. We take concepts from Semantics of the Event (Guimarães, 2002), an enunciative theoretical methodological framework and the French Discourse Analysis as a space for reflection that allows us to observe, in a particular way, the continuous process that stratifies the region in what was projected while future latency of what would become a political-administrative ark (unit) in Brazilian territory. Our analyzes take into account the enunciative semantic functioning of county names that, from the first half of the 18<sup>th</sup> century, began to construct meanings that began to signify the physical-political geography that gave historical existence to the region and, consequently, to Mato Grosso State. In this sense, the enunciative analysis county names functioning allows us to directly look at the constitutive movement of the Mato Grosso atlas entangled by the weaving of events in the nominations of the counties in a continuous movement that designs and redesigns this immense moving ark that passes to signify the territory of Mato Grosso State which, by the notion of discursive memory, resonates with indigenous names as traits that marked a path of nomination. These theoretical positions allow us to take a map as text, that is, they lead us to read it as a statement, a place that produces meanings due to the way the socio-historical narratives that constitute it, meaning the semantization and discursivization process of the textuality proper to its existence as movement constituted in/by language.